



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR: EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA

Hellen Livio Menezes (1); Keyla Alves Lima (2); Liziane Ruara dos Santos (3);
Luciana Aline da S. Vieira (4); Tamires Cardozo (5); Tatiane Lemos Alves (6)

- (1) UNEB/ Departamento de Ciências Humanas-Campus III , hellenju.88@hotmail.com
- (2) UNEB/ Departamento de Ciências Humanas-Campus III, keila.alveslima@hotmail.com
- (3) UNEB/ Departamento de Ciências Humanas-Campus III, lizianeruara@hotmail.com
- (4) UNEB/ Departamento de Ciências Humanas-Campus III, alinejuaz@gmail.com
- (5) UNEB/ Departamento de Ciências Humanas-Campus III, tamyres_info@hotmail.com
- (6) UNEB/ PPGESA, tatyanelemos@gmail.com.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar a discussão sobre a Educação Especial no município de Juazeiro-Bahia a partir de uma pesquisa desenvolvida, como atividade prática, durante a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica II do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia- Departamento de Ciências Humanas, situada no Campus Juazeiro. Este trabalho tem como arcabouço teórico a história da educação brasileira, tendo como base, a LDB de 96, o PNE de 2014, a Lei 13.146/2015 e a literatura pertinente sobre o tema. Dessa forma foi utilizada como aporte metodológico, a abordagem qualitativa, pautado a partir da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, que utilizou como instrumento de coleta de dados, a observação direta e a entrevista. O estudo teve como amostra duas escolas, sendo uma da Rede particular de ensino e duas da Rede municipal de pública de ensino do município de Juazeiro-BA. Como resultado obtivemos uma análise da aplicação das políticas públicas de inclusão nas referidas instituições educacionais do município.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Ensino Regular.

1. Introdução

Nas últimas décadas a discussão sobre inclusão escolar vem se intensificando pela necessidade de se refletir por uma educação que contemplem a todos, conforme indica a nossa Constituição Federal Brasileira.

Este estudo se justifica, visto que como futuros educadores entendemos que o tema em questão é extremamente importante para o processo formativo dos que pretendem atuar em espaços de educação formal e não-formal visto que a educação deve ser inclusiva em qualquer esfera.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

O referente artigo tem por objetivo discutir o tema inclusão de crianças no ensino regular a partir da análise das políticas públicas no município de Juzeiro- Bahia. Para tanto se buscou: i) compreender o funcionamento das políticas públicas de inclusão em duas escolas na cidade de Juazeiro-Ba; ii) verificar a existência de ações de capacitação sobre inclusão para os professores; iii) averiguar o uso de materiais didáticos adaptados às necessidades específicas de cada aluno.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação regular é consequência de uma luta, tendo em vista que durante um longo período da educação brasileira a educação especial segregava em todos os aspectos, na acessibilidade, no financiamento, nos espaços físicos e dentre outros.

Sendo assim, entendemos que o principal objetivo de uma escola inclusiva é oferecer um espaço de socialização, acolhedor e humanizado, extinguindo ações discriminatórias, com propósito de gerar uma sociedade justa e inclusiva.

2. História da Educação Especial no Brasil

A história da Educação Especial no Brasil é dividida por alguns autores em duas partes: a primeira de 1854 até 1956 teve como características iniciativas particulares e isoladas; a segunda foi de 1957 até 1993, nesse período começa as discursões e a implantação da Educação Especial em âmbito nacional. Abordaremos nesse tópico além desses dois momentos importantes para Educação Inclusiva Brasileira, o cenário atual da política de inclusão, apresentando alguns fatos e dados históricos.

2.1 A Educação Especial no Brasil- 1854 a 1956

Este período tem início, com a assinatura do decreto nº 1.428, assinado pelo Imperador D. Pedro II, aprovando a fundação Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro, que mais tarde com a Proclamação da República se chamaria Instituto Benjamim Constant (IBC), graças ao decreto nº408, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e o Ministro Benjamim Constant.

Depois da criação e fundação do IBC, surgiram no país outros institutos atendendo as diversas especificidades, mas o acesso não era democrático. Segundo Mazzotta (2001, p.29) em termos nacionais em 1872, a população era de 15.848 cegos e 11.595 surdos, atendiam somente 35 cegos e 17 surdos. Com isso surgiu à necessidade de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

problematizar a questão do acesso ao atendimento, foi realizado o 1º Congresso De Instrução Pública, onde foram abordados temas como: a formação de professores, financiamento e criação de currículos, mais adiante o número de Instituições aumentou.

Essas instituições eram criadas de maneira semelhante, sempre de maneira isolada, particular ou com caráter assistencialista. Não existia uma política pública que organizasse a Educação Especial em nível nacional, os Institutos possuíam um currículo com disciplinas como ciências e matemática, era comum existir oficinas profissionalizantes que visavam promover a autonomia do sujeito. Entre os ofícios ensinados estão: a tipografia, sapataria, encadernação (meninos), tricô e serviços domésticos (meninas).

Nesse período além dos Institutos foram criadas outras instituições que serviam como apoio como a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, criada em 11 de março de 1946 (SP), era uma organização particular sem fins lucrativos que produzia e distribuía livros em braile. Podemos destacar também outra Instituição importante e muito presente atualmente, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, criada em 11 de dezembro de 1954 no Rio e que depois se espalhou em todo território nacional.

2.2 Inícios das discursões e da implantação da Educação Especial em âmbito nacional de 1957 a 1993.

O atendimento desse período é caracterizado por discursões e implantação de uma política pública que atuasse no país inteiro, foi assumido pelo governo federal através da criação de Campanhas específicas para cada necessidade. De acordo com MAZZOTTA (2001, p. 49), a primeira a ser instituída foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro- C.E.S.B. pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957, podendo desenvolver suas ações diretamente ou mediante convênios com entidade públicas ou particulares.

Foram criadas outras campanhas depois como a CNEC e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) criada em 23 de setembro de 1960, suas atribuições se baseavam em organizar nacionalmente o financiamento, incentivar convênios com consultórios especializados e professores, organizar cursos especiais, censos, pesquisas, e eventos de um modo geral. A CADEME não possuía um caráter assistencialista e sim educacional, priorizando a reabilitação por meio da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A C Ã O

educação. Já na ditadura militar o general Medici através do decreto n° 72.425 cria o CENESP.

Era de competência da CENESP, planejar, acompanhar, controlar e avaliar projetos programasse pesquisas de Educação Especial, atualmente é denominada de SESPE, tendo as mesmas atribuições. Com o governo de Sarney a SESPE foi extinta e a SENEb ocupou o seu lugar, a volta da SESPE é consolidada no governo de Collor.

Mazzota (2001, p.64) afirma que a extinção da SESPE foi puramente por interesses políticos partidários e que historicamente o Brasil teve uma tendência de realizar o atendimento educacional separado do ensino regular, sem desvalorizar os benefícios que essas instituições especializadas promoveram ao longo da história da educação especial no Brasil, é necessário ampliar a discussão para que a inclusão de fato aconteça.

2.3 Garantia da Educação Inclusiva na atualidade brasileira

Entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, acontece a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, Espanha. Composto por 88 representantes de governo e 25 organizações internacionais. E tinham por intuito discutir uma Educação para Todos, dando início à disseminação mundial a respeito da inclusão de crianças com deficiência no ensino regular (MEC, 2016).

A Declaração de Salamanca (1994, p. 3) seguem princípios de que a educação é um direito de todos, independentemente das condições singulares de cada aluno, e que, toda criança que tem dificuldade em aprender deve ser tratada com “necessidades educativas especiais”, na qual a aprendizagem deve adaptar-se as necessidades das crianças e não o contrário, a fim de estabelecer uma escola inclusiva.

E quando os argumentos de não concordância quanto à educação inclusiva, são questionadas e atrapalham as vantagens, os alunos acabam sendo segregados do convívio, prejudicando a socialização, no qual “[...] os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas” (SALAMANCA, 1994, p4).

No Brasil a Lei 12.796, de 2013 no artigo 4° garante ao estudante uma educação inclusiva, como o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A C Ã O

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Com relação ao atendimento especializado o Caderno de Educação Especial do Ministério da Educação, (2012, p. 05) sugere estratégias para as aulas. Onde o professor e a escola tenham o mesmo objetivo, ou seja, de tornar eficazes os métodos de inclusão de crianças com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, no cotidiano da sala de aula. Tornando o espaço alfabetizador, sociável e comum a todas as crianças. Mas para que isto aconteça, é necessário elaborar jogos que sejam inclusivos assegurando os direitos de aprendizagem de todas elas.

O atual PNE de 2014 que esta em fase de implantação, possui uma meta com dezenove estratégias a serem cumpridas em dez anos. A meta quatro estabelece:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PNE,2014, p.9)

As estratégias determinam que, em dez anos, deve-se ter ampliado o acesso e a permanência de alunos com deficiência ao ensino regular. Isso só acontece com a criação de Salas de Recursos Multifuncionais, ao promover a especialização dos educadores, fomentar pesquisas, estimular parcerias com a área da saúde, e ampliar os programas suplementares que promovem a acessibilidade.

Entendemos que a educação especial é um tema bastante complexo e que precisa ser difundido e aperfeiçoado cada vez mais nos âmbitos educacionais desde a educação básica até o ensino superior. Não é algo restrito somente a escola e aos educadores, mas também as famílias, que devem reivindicar seus direitos enquanto cidadãos, lutando pela melhoria do ensino, e também dos governantes que devem aprimorar as políticas públicas voltadas para o atendimento inclusivo.

No entanto, é necessário fiscalização nas instituições, para saber se as políticas públicas têm realmente atingido os objetivos propostos na lei. Assim como, verificar se existe a integração entre a família e a escola para que a inclusão ocorra com eficiência, um dos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A C Ã O

temores das famílias e como as crianças serão assistidas no espaço regular, como será a socialização em classe, que é de suma importância para o desenvolvimento do aluno com deficiência. A escola ela deve está preparada para atender estes educandos tanto fisicamente quanto psicologicamente.

Na verdade é um desafio não só para a comunidade escolar inserir e cumprir as políticas de inclusão de forma correta, como para a sociedade em geral, pois exige uma quebra do paradigma de que a educação que segrega é melhor, isto porque as crianças não devem estar somente inseridas no espaço físico da escola, mas nas atividades escolares.

Isso exige muito dos profissionais envolvidos que precisam fazer parte desta luta, a depender da necessidade específica que cada educando, a exemplo do autismo, síndrome de down, surdez, problemas de visão, necessidade física, entre outras. Todas elas precisam de uma atenção particularizada que depende muito do comprometimento do profissional da educação. Além do que em termos de conhecimento, cada um tem suas problemáticas e características diferentes, cabe aos profissionais especializar-se para poder atender com qualidade estes educandos.

A partir do direito e de experiências que estão acontecendo no Brasil percebe-se em crianças, adolescentes e jovens com TEA uma melhora em seus quadros clínicos quando elas frequentam classes comuns do ensino regular. (SCHMIDT 2013, p.134).

Antes da lei de inclusão os autistas, por exemplo, eram orientados a ir a escolas para socializar, não havia metas, nem direcionamento nas escolas para atendê-los, portanto o ganho era só este. Mas hoje, isso vem mudando pois existem estudos que mostram os avanços no comportamento e no aprendizado dessas crianças.

A inclusão escolar promove as crianças com TEA oportunidade de convivência com outras crianças da mesma idade, tornando-se um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social. Possibilita-se o estímulo de suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Acredita-se que as habilidades sociais são passíveis de serem adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem social. (SCHMIDT 2013, p.134)

3. Metodologia

Para desenvolvimento deste estudo foi utilizada como aporte metodológico, a abordagem qualitativa, pautado a partir da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, que utilizou como instrumento de coleta de dados, a observação direta e a entrevista.

Sobre a pesquisa quantitativa, este método difere em princípio, do quantitativo, à



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A C Ã O

medida que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias (RICHARDSON, 1989). Além disso, usamos a pesquisa bibliográfica como fundamentação para o estudo, a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. (CARVALHO, 2004).

Realizamos pesquisas de campo para analisar a aplicação das leis educacionais de inclusão. Sobre a pesquisa de campo FUZZIO (2010) afirma que esta procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente.

O estudo teve como amostra duas escolas, da Rede municipal pública de ensino da cidade de Juazeiro-BA, as entrevistas foram feitas com pessoas diretamente envolvidas no processo de inclusão nas escolas selecionadas. Sendo assim, foram entrevistadas: uma pessoa da direção, a coordenadora e a professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

4. Resultados e discussão

O presente tópico tem como objetivo apresentar os dados coletados, através da pesquisa de campo realizada em duas instituições de ensino regular de Juazeiro- Bahia, levando em consideração o tipo da Sala de Recursos Multifuncionais e o atendimento a alunos com deficiência conforme prevê as leis. As unidades serão identificadas como: Unidade 1 – Escola Paulo VI , que possui sala do tipo I ; Unidade II –, Joca de Souza Oliveira que possui sala do tipo II.

4.1 Políticas públicas de inclusão nas escolas

A Inclusão de alunos com deficiência ocorre no município de Juazeiro Bahia, através de parcerias envolvendo a prefeitura municipal, a Secretária de Educação, Secretária de Saúde e o Núcleo Psicossocial e Inclusão.

Segundo a Secretária de educação do município (2016), existem atualmente no município 480 alunos com deficiência matriculados no ensino regular. Esses alunos estão divididos em setenta e seis escolas, no entanto trinta e duas delas realizam o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

atendimento especializado em salas comuns. As outras quarenta e quatro escolas possuem Salas de Recursos Multifuncionais, sendo que quarenta possuem salas do tipo I e quatro possuem do tipo II.

As salas de Recursos Multifuncionais foram criadas para atender os alunos com deficiência nas escolas regulares, normalmente o atendimento tem duração de uma hora e é realizado no turno oposto. As salas possuem duas configurações, Tipo I e Tipo II, a diferença entre elas consiste na quantidade de materiais pedagógicos, equipamentos e mobiliários recebidos.

As salas do Tipo I recebem um total de trinta e nove itens, entre eles estão microcomputadores, teclado colmeia, acionador de pressão, cadeiras, mesas, alfabeto em braile e etc. A Sala do Tipo II recebe os mesmos materiais do Tipo I e mais um acréscimo de oito itens que são utilizados para alunos com deficiência visual: uma impressora Braille (pequeno porte), uma máquina de datilografia Braille, um reglete de mesa, um punção, um Soroban, um Guia de assinatura, um Kit de Desenho Geométrico.

Além do atendimento no turno oposto do que estuda o aluno com deficiência é acompanhado nas unidades públicas de saúde por profissionais que atendam a sua especificidade, entre eles estão: os oftalmologistas, neurologistas, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas, entre outros. Isso só é possível graças à integração das Secretarias da Saúde e Educação e com a criação das fichas amarelas que informa aos postos de saúde que o atendimento desses alunos é obrigatório e prioritário.

Para a realização desse atendimento especializado a prefeitura conta com cinquenta e dois profissionais, além dos professores do AEE e os professores de sala regular. Entre eles estão: trinta e oito professores interpretes de Libras, vinte e oito professores auxiliares de salas que possuem autistas e paralisado cerebral, três professores instrutores de Libras, dois professores de Braile, dois psicólogos, dois psicopedagogo e um gestor de núcleo.

Além disso, o município informou que também promove ações como: vistoria e supervisão do atendimento e das Salas de Recursos, Cursos de Libras e Braile são realizados desde 2010, tendo um público que varia de quarenta a cem pessoas. Como também a Formação continuada dos professores de AEE e dos professores de salas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

regulares, feitos uma vez por mês. Eventos também são promovidos como a Mostra da Educação Inclusiva que já teve quatro edições.

4.2 Atendimento dos alunos

A Unidade I, foi inaugurada em 1965, tem funcionamento nos três turnos, nas modalidades de ensino fundamental 1 e 2, e EJA. É considerada uma escola de grande estrutura, pois tem na sua infraestrutura, quadra poliesportiva, biblioteca, sala de Recursos Multifuncionais do tipo I.

A Unidade II, é também uma instituição pública, que está localizada no bairro Santo Antônio em Juazeiro-BA sendo das 4 instituições que possui a sala de Recursos Multifuncionais do tipo II. A Unidade II tem alunos com diversas deficiências tais como: DI, DA, TGD, deficiência visual e física. Dispõe de auxiliares para acompanhar alunos com autismo e uma professora brailista (cega), que dá aulas nas terças e quintas pela manhã. A instituição recebe apoio da Secretaria municipal de educação e da equipe de AEE da cidade de Juazeiro – BA. Atualmente existem 21 alunos da escola e mais quatro da escola Carlo Costa, totalizando assim 25 alunos que utilizam a sala tipo II.

Sobre o atendimento na Unidade I, constatamos através da entrevista e da observação que o atendimento é efetivado. Sobre o atendimento nesta unidade a professora de AEE, informa que.

A instituição atende 52 alunos especiais no total, durante os três turnos além de mim existem mais duas professoras de AAE. E por esta instituição ser um núcleo, atende alunos de outras escolas assim como, a instituição recebe um recurso a mais pra essa política de inclusão, mas não sei dizer a quantidade certa. (Professora do AEE da Unidade I)

Eles frequentam a sala regular normalmente, e na sala de recursos de uma a duas vezes por semana com uma hora de atendimento a depender da necessidade de cada um. E na sala regular se o aluno for muito comprometido tem um auxiliar de turma que monitora a sua relação e o atendimento é de uma hora. (Professora do AEE da Unidade I)

Já o atendimento na Unidade II acontece, contudo ainda com algumas dificuldades. Segundo a professora de AEE estes problemas vão desde a gestão até a aceitação da comunidade escolar, como notamos no seu depoimento:

Eu acredito que tem muita dificuldade ainda, para cada aluno deficiente tiram três regulares, é uma normativa da secretaria de educação municipal. As crianças respeitam mais do que alguns professores e adultos, pois as crianças não têm preconceito estão em formação, tem que ajudar o deficiente a superar



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A C Ã O

suas limitações, nossa escola é referência em trabalho inclusivo e com o apoio da secretaria têm avançado bastante e somos muito unidas. (Professora de AEE- Unidade II)

No que tange a integração da comunidade escolar a pessoa com deficiência, constatamos que.

Geralmente os colegas de classe respeitam sim os colegas especiais à criança principalmente, pois, esta dar até um suporte pra o professor, às vezes quem faz o preconceito é o adulto. As expectativas são as melhores possíveis porque todo mundo aprende, é claro que o aluno com NEE tem seu ritmo, se o professor acertar o caminho o êxito é grande. (Professora do AEE da Unidade I)

Constatamos também a opinião dos pais em relação ao atendimento aos alunos com deficiência, a partir de um depoimento de uma das mães que acompanhava seu filho:

O atendimento dele aqui na sala de recurso é um alívio e ao mesmo tempo uma esperança, pois mudei- o de escola várias vezes passou por três escolas particulares e uma creche, mais onde encontrei apoio foi na escola pública. Em relação aos avanços percebo que ainda é lento, pois, a dificuldade dele é muito grande, nenhuma escola conseguiu alfabetizá-lo ainda, porém melhorou um pouco na escrita. (Mãe de aluno especial- Unidade I)

Foi notório na fala da gestora, que existe um comprometimento da Unidade I, com a inclusão de pessoas com deficiência. A política funciona na escola desde sua criação, e é um núcleo que recebe crianças e adultos de outras instituições. A sala de recursos funciona os três turnos e tem duas professoras especializadas para área, a única crítica da gestora a política de inclusão foi à melhoria na capacitação dos professores.

4.3 Recursos utilizados

Sobre os recursos utilizados no atendimento, indagamos sobre quais recursos são utilizados para o desenvolvimento das habilidades motoras, visuais, auditivas e cognitivas do aluno portador de necessidade especial. Identificamos que existem variadas formas e suportes utilizados, tais como:

Jogos pedagógicos e virtuais, computador adaptado, vocalizador, máquina de braille e a depender da necessidade do aluno ela adapta algum recurso se for o caso. (Professora do AEE da Unidade I)

Jogos pedagógicos educativos para cada especificidade, máquina de braille, computador com teclado colmeia, impressora em braille, notebook, reglete, tesouras adaptadas, lupas, livros em didáticos em braille. (Professora do AEE da Unidade II)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A C Ã O

Notadamente para as pessoas que atuam no atendimento as pessoas com deficiência nestas escolas, as expectativas são muito boas com relação ao desenvolvimento de aprendizagem das crianças com deficiência.

Apesar de apresentar algumas dificuldades as escolas pesquisadas entendem que houve uma evolução principalmente no que diz respeito aos recursos enviados pelo Governo Federal. Acreditamos que este seja um importante passo na direção de uma educação inclusiva.

5. Considerações finais

Enfim, ao refletirmos sobre o tema educação especial percebemos que é um tema complexo com algumas fragilidades voltadas principalmente pra formação e qualificação do professor. Para o bom funcionamento da política de inclusão, é necessário o comprometimento de todos os funcionários de uma escola, dessa forma, se todos os profissionais das instituições seguissem a lei e os pré-requisitos para o seu bom funcionamento seria um grande avanço para a sociedade e principalmente para as famílias que possuam crianças com deficiência.

Contudo para a efetivação do processo, todos os profissionais da comunidade escolar, independentes da sua formação e especialização, devem ter consciência do seu papel no processo e assumir a responsabilidade para a implantação de uma educação realmente inclusiva nas escolas onde atuam. Para tanto é necessário um olhar mais atento à capacitação de todos os envolvidos no processo, visto que, mesmo tendo eventos e cursos ofertados pela Secretaria do município, esta formação ainda não atinge a todos.

Diante dos resultados expostos, consideramos que as escolas analisadas tem acesso as políticas públicas relacionadas à educação inclusiva e estão atendendo os alunos que sinalizam a necessidade de acompanhamento especializado. Assim também como os materiais didáticos adaptados fazem parte do cotidiano destas comunidades escolares, facilitando o processo de ensino-aprendizagem. Já o item que trata da capacitação dos professores para atuação na educação inclusiva, identificamos que este precisa de maior atenção, principalmente nos cursos de graduação.

Pois educação é um direito de todos, e ser um educador não é apenas ter uma graduação e dizer eu sou professor. Mais sim ir, além disso, pois, a depender do seu



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE

E D U C A Ç Ã O

posicionamento e comprometimento com a educação e a sociedade em geral, este profissional pode sim fazer a diferença onde ele está inserido e mudar muita coisa.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de Educação Especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva.** Brasília: MEC; SEB, 2012. Disponível em <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Educacao_Especial_MIOLO.pdf> Acessado em 14/04/2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca:** Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: MEC. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acessado em 07/06/2016.

BRASIL. Presidência da República; Casa Civil. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Brasília: Congresso Nacional, 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1> Acessado em 14/04/2016

CARVALHO, Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves; SARTORATO, Eduardo. Pesquisa Bibliográfica. Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acesso em 12/08/2016

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos:** um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf> Acessado em: 12 ago. 2016

FUZZIO, Pena Ludimila. **O que é a Pesquisa de Campo?** Disponível em: <<http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>> Acessado em: 12 ago. 2016

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil, História e Políticas Públicas-** 3 ed.- São Paulo: Cortez, 2001.

ROPOLI, Edilene Aparecida. et. al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

SCHMIDT, Carlo. (ORG.). **Autismo, educação e transdisciplinariedade.** Campinas, SP: Papyrus, 2013. - (Série Educação Especial).